CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
ISSN 2763-8588

O PNLD E OS LIVROS DIDÁTICOS NA ALFABETIZAÇÃO: algumas reflexões

Helena Santiago dos Santos de Sant Anna [1]

Taiane Passos da Silva [2]

Andréa Pessôa dos Santos [3]

Eixo temático 1: Alfabetização e políticas públicas

Resumo: O artigo apresenta a revisão de literatura de um estudo em andamento no curso de pedagogia da UERJ/FEBF. O livro didático (LD) é um importante objeto cultural que vem sendo distribuído para todos os estudantes das escolas públicas da Educação Básica do país, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do MEC/FNDE. Durante a realização dos estágios curriculares, notamos que muitos professores optam pela não utilização dos livros recebidos pelo PNLD. Desde então, passamos a refletir sobre o "uso e o desuso" do LD de Língua Portuguesa (LP) nas turmas de alfabetização. Com o propósito de compreender melhor este e outros aspectos, a pesquisa intitulada *"O PNLD e o LD de LP nas turmas de alfabetização: o que dizem as professoras?"* objetiva compreender como ocorrem os processos de escolha, recepção e uso (ou não) dos livros em turmas de alfabetização de 02 (duas) escolas públicas de Duque de Caxias (RJ). Neste texto, apresentamos a revisão de literatura inicial que realizamos para este estudo no banco de artigos publicados nos anais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, nos GT 05 e 10. Alicerçadas na teoria da enunciação de Bakhtin (1992), compreendemos que os discursos produzidos nos artigos analisados são dialógicos e estão inseridos na cadeia discursiva das relações entre políticas públicas, livro didático, alfabetização e práticas pedagógicas.
Palavras-chaves: Linguagem; PNLD; Livro Didático; Alfabetização.

Introdução

Através do Decreto-Lei Nº 93, de 21 de dezembro de 1937, o Instituto Cairú foi transformado em Instituto Nacional do Livro (INL) com sede fixada no edifício da Biblioteca

[1] Graduanda em pedagogia pela UERJ/FEBF. contato: helenasantiagosantanna@gmail.com
[2] Graduanda em pedagogia pela UERJ/FEBF. contato: taiane1996..17@gmail.com
[3] Professora Adjunta UERJ/FEBF. contato: a.pessoas70@gmail.com

Nacional. O recém criado INL assumiu importantes competências, dentre elas, a de *incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.* Nos anos seguintes novos decretos-Leis foram sancionados promovendo ajustes significativos no âmbito das políticas públicas de fomento ao livro, e mais especificamente ao LD.

Segundo dados publicados no site do MEC, o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) só foi efetivamente criado, na configuração que assume hoje, em 1985. Através da edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef) deu lugar ao PNLD que promoveu diversas alterações em relação ao Programa anterior. O novo Decreto conferiu um aprimoramento das políticas públicas de fomento e distribuição de livros, garantindo, inclusive, mais autonomia pedagógica aos professores, pois definiu as seguintes competências:

> "(...) Indicação do livro didático pelos professores; Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias; Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores." (FNDE, 2017).

Desse modo, o PNLD, juntamente com o Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), passou a ser responsável pela avaliação e distribuição de obras didáticas que seriam distribuídas para todo o Brasil. Obras que, em muitas regiões, são as únicas fontes de consulta para muitos professores e alunos, assim como único material didático disponível em inúmeras escolas públicas das redes de ensino dos rincões do país.

Custeado pelo FNDE, o PNLD desenvolveu trajetos para a escolha e distribuição desse material a partir de três etapas: 1) avaliação e seleção de obras didáticas e literárias pelo MEC; 2) avaliação e seleção de obras didática e literária realizada pela escola e 3) distribuição do material escolhido para cada escola.

Conforme indicamos anteriormente, notamos que os professores alfabetizadores que foram acompanhados em nosso estágio curricular não utilizavam os livros escolhidos e adotados pela escola. Considerando que os decretos desta política pública garantem ampla autonomia, bem como liberdade de escolha deste material pelos professores, nos questionamos e buscamos compreender: *Como é feita a escolha do LD na escola? O que dizem os professores sobre o processo de escolha e utilização dos LD de LP adotados nas turmas de alfabetização das escolas? Quando utilizados, como os LD de LP são trabalhados?*

Recorrendo inicialmente às considerações de Stray (1993, p. 77-78) e Bittencourt

(2004), entendemos que o LD pode ser definido como um objeto cultural composto e híbrido. O LD também pode ser compreendido, entre outros aspectos, como um produto editorial, pois obedece a evolução e a tendência do mercado capitalista, sofrendo interferências no seu processo de produção em diferentes instâncias. O livro pode ser caracterizado também como um instrumento e suporte pedagógico a serviço de projetos pedagógicos-educacionais e políticos. Portador, portanto, de sistemas de valores, de uma ideologia e de uma cultura (Bittencourt, 2004).

Durante a realização da investigação para a composição do nosso projeto de estudo, realizamos primeiramente uma revisão de literatura sobre a temática que nos inquietava. Assim, nossa revisão contemplou artigos publicados nos Anais das reuniões da ANPED, em particular nos GT 10 (Alfabetização, Leitura e Escrita) e GT 05 (Estado e Política Educacional), no período de 2007 a 2019. Nossa busca articulou os seguintes descritores: “Livro didático”, “PNLD”, “Alfabetização” e “Mediação pedagógica”.

Através do conjunto de 05 (cinco) artigos encontrados, que dialogam com as dimensões teóricas da pesquisa em andamento, notamos que a temática central do nosso projeto foi desenvolvida com diferentes propósitos e finalidades.

Os artigos, mesmo não se referindo diretamente ao foco da nossa pesquisa, nos possibilitaram averiguar o que vem sendo pesquisado, em linhas gerais, sobre do PNLD e sobre o LD de LP, sobretudo, no que diz respeito aos desafios que compõem as políticas públicas voltadas para o ensino público. Neste sentido, apresentamos algumas discussões e análises feitas nas publicações aqui reunidas, destacando aspectos substantivos que envolvem as nossas inquietações iniciais.

PNLD: importante ação para o desenvolvimento de políticas públicas

A pesquisa proposta por Silva (2015) tem como objetivo analisar o Programa Nacional do Livro Didático para Ensino Médio (PNLD/EM). Para tanto, a autora considerou o processo de expansão do programa segundo os dados estatísticos dos relatórios de gestão do FNDE, além da legislação brasileira relativa ao Programa.

Silva (2015) inicia seu estudo traçando um breve resumo sobre o surgimento do PNLD para o Ensino Médio, trazendo argumentos que justificam a implementação do programa. O trabalho aponta a necessidade da implementação de metas e ações voltadas para este ensino. A autora ilustra, através de tabelas, o investimento em reais dos principais programas da área educacional financiados pelo FNDE. O PNLD figura em segundo lugar na escala de investimentos realizados. Para Silva (2015):

> (...) os governos brasileiros, nas últimas décadas, não têm medido esforços para incrementar a ampliação da cobertura do Programa Nacional do Livro Didático, de forma a incluir as várias etapas e modalidades de ensino da educação básica. (2015, p. 7-8).

Concluindo o estudo, a pesquisadora entende que o PNLD é uma importante ação para o desenvolvimento das políticas públicas, seu crescimento vem permitindo a movimentação do capital, sendo uma forma de ampliar o mercado editorial brasileiro.

A análise dos textos do LD e seus usos em sala de aula

Ao acompanhar durante dois meses duas escolas de Ensino Médio, nas modalidades regular e EJA, sendo uma delas denominada pela autora como de “classe média baixa”, Amparo (2017) destaca, como base nos estudos de Anne-Marie Chartier, que a literatura trabalhada nos espaços escolares não vem garantindo uma reflexão sobre aspectos culturais que fazem parte das vivências dos alunos.

A pesquisadora nos apresenta, através das entrevistas realizadas com os alunos e professores, o cotidiano do uso de textos literários encontrados nos LD e cadernos de LP adotados nas duas escolas acompanhadas. Um ponto importante a ser destacado em seus relatos se refere aos processos didáticos utilizados pelas professoras das duas escolas, sendo eles opostos.

Na primeira escola, a autora descreve as aulas como metódicas e fora do contexto de vida dos alunos, além da proposta pedagógica seguir à risca o planejamento do LD, ainda que este não se coadune com o Currículo do Estado.

A segunda escola apresentava um contexto diferenciado da primeira, principalmente pelo fato de neste espaço escolar a pesquisadora ter acompanhado uma turma de EJA, que não dispunha, por exemplo, de LD de LP em quantidade suficiente para todos os alunos. Amparo (2017) relata que as aulas nesta turma partiam da visão de mundo do professor, das suas referências familiares, profissionais e acadêmicas e que assim, nem sempre, privilegiavam as experiências vividas pelos alunos. A autora aponta, por fim, que nas duas escolas, a literatura ainda é marcada por atividades de perguntas e respostas sem significado para a formação de leitores.

Analisando as práticas de professores de duas diferentes escolas e cidades, Macedo (2007) trata da investigação de novas concepções de ensino e aprendizagem da alfabetização e letramento. Assim, acompanhando o cotidiano escolar de duas salas de aula de 1º ano, a pesquisadora buscou compreender o modo como a leitura e escrita são conduzidas durante as aulas que têm como apoio o LD e os materiais impressos adotados. Para tanto, Macedo

optou pelos seguintes procedimentos metodológicos: aulas filmadas, diário de campo e tabela.

Na primeira escola, a pesquisadora destaca que a leitura era o eixo central da aula. No entanto, ao utilizar o LD, a professora se concentrava nos aspectos formais do texto (codificação e decodificação) e na avaliação da fluência e entonação dos alunos.

Sobre a segunda escola, a pesquisadora ressalta que o LD praticamente não era utilizado pela turma, servindo muito mais para a consulta da professora. Macedo (2007) também registra que havia uma preocupação maior com a fluência e a entonação dos textos trabalhados, em detrimento dos aspectos voltados para a construção de sentidos dos textos do LD de LP adotado.

LD e Guia do PNLD: oralidade e tipos de gênero textuais

Magalhães (2007) procura compreender o conceito de oralidade vinculado nos documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e no Guia do PNLD de 2005, além do entendimento de sua aplicação nos LD. A autora defende que o trabalho com oralidade é um importante aspecto a ser desenvolvido em sala de aula.

Assim, em conformidade com Marcuschi (1996), a pesquisadora sinaliza quatro premissas importantes para o trabalho com a linguagem falada. A primeira premissa assume que a língua é “heterogênea e variável”. A autora ressalta que:

> (...) a) o sentido é efeito das condições de uso da língua; b) os usuários têm a ver com textos e discursos quando interagem entre si (e não com estruturas gramaticais); c) o foco do ensino é deslocado do código lingüístico para o uso da língua, ou para a análise de textos e discursos. (MAGALHÃES, 2007, p. 2).

A segunda premissa aponta que os professores devem partir da fala para tratar da escrita, pois a fala é a grande influenciadora da escrita no processo inicial da alfabetização. A terceira se refere à *bimodalidade (em dois aspectos)*, ou seja, a premissa de que o aluno precisa ter o domínio da língua tanto em sua modalidade falada como na escrita. A quarta e última premissa indica que a língua, em sua modalidade falada, precisa ser incorporada com ênfase ao ensino da LP, devendo ser abordada não só na compreensão, mas sobretudo na produção de textos.

Magalhães (2007) entende que o trabalho com a oralidade proposto nos PCN tem como foco a preparação do aluno para utilização da linguagem em planejamentos e apresentações. O trabalho envolve também regras de comportamentos sociais, além de enfatizar que a fala correta não é a que se aproxima da escrita, levando em conta a variação

da língua falada no Brasil.

A pesquisadora aponta que as atividades propostas pelo PCN estão separadas em atividades de escuta e produção de textos orais. As atividades de escuta que proporcionam a "*ampliação dos conhecimentos gramaticais necessários para a construção dos sentidos*" são favorecidas, bem como as propostas de atividades com gestos e outras formas de expressões não verbais.

Segundo a autora, a modalidade da oralidade não está bem conceituada no Guia do PNLD, não havendo, inclusive, a distinção entre as atividades de escuta e as de produção de textos orais. Nesse sentido, sem uma forte conceituação do que seria a modalidade da oralidade, quaisquer atividades que envolvem a fala são consideradas orais. Ficando a critério do professor desfazer, elaborar e reelaborar os exercícios, para aprimorar a linguagem oral do aluno. A autora conclui que, como esse conceito ambíguo, os professores acabam tendo dificuldades em compreender exatamente como a oralidade deve ser trabalhada.

Por fim, ao analisar os LD de LP, Magalhães (2007) chega à conclusão de que as coleções selecionadas não refletem as orientações de pesquisas acadêmicas amplamente divulgadas sobre o modo como a oralidade deve ser trabalhada na escola.

Ao analisarem o Guia do LD de Alfabetização, as autoras Maciel, Barbosa e Bilro (2019) se valem de resenhas e das categorizações definidas previamente por Schneuwly e Dolz, bem como de pesquisas divulgadas nos anais da ANPED. Com o propósito de investigar a diversidade de gênero textual, disponíveis nas coleções dos LD de Alfabetização e Letramento (2010 e 2013), as autoras buscam descobrir se os LD enviados pelo PNLD para as escolas possuem variedades de gêneros textuais que respeitem a heterogeneidade cultural das regiões brasileiras.

As pesquisadoras destacam também que os LD, e demais materiais pedagógicos disponibilizados pelo Programa, são submetidos a um processo de avaliação realizado por uma equipe de professores das redes públicas e privadas do ensino superior e da educação básica, que se inscrevem para a seleção de professores contratados que irão compor esta equipe. Após serem aprovadas, essas obras passam a compor o Guia de Livros Didáticos que é disponibilizado aos docentes para que eles e seus pares escolham a coleção que será adotada na sua escola.

Por fim, ao entenderem que o LD é um *"megainstrumento*" ou "*instrumento de mediação*", que permite o aluno vislumbrar o mundo da escrita em toda a sua pluralidade, as pesquisadoras destacam que há formas variadas de gêneros textuais nos LD e que os livros oferecem suporte para se trabalhar em uma perspectiva sociointeracionista da linguagem.

Considerações finais

A partir da revisão de literatura realizada nos anais da ANPEd, compreendemos que o LD vem sendo estudado e discutido nos meios acadêmicos como um importante objeto cultural para as mediações pedagógicas estabelecidas nas escolas. Percebemos também que o LD de LP é utilizado para inserção da literatura e apresentação de diferentes gêneros textuais nos diversos níveis de ensino.

Há de se compreender também as modificações que o PNLD sofreu ao longo do tempo. O que se iniciou em 1937, estabelecendo as competências apenas de organizar acervos, editar obras raras, facilitar a importação de livros estrangeiros e de incentivar a organização de bibliotecas públicas, se transformou em um dos maiores Programas brasileiros. O PNLD vem ampliando não só a oferta de LD, mas a distribuição de materiais didáticos que vão desde dicionários aos livros em braile. O Programa também vem garantindo maior autonomia pedagógica aos professores na escolha das obras didáticas que serão adotadas em sua escola.

De modo geral, os pesquisadores concluem que o Programa tem sido uma ação potente para o fomento do trabalho pedagógico com este importante objeto cultural nas diferentes modalidades da Educação Básica, contribuindo para qualificar o ensino público. No entanto, mesmo sendo considerado um relevante instrumento pedagógico para o trabalho com a leitura e a escrita na escola, os LD de LP, em alguns casos, não são trabalhados em sala de aula de modo adequado.

Referências

AMPARO, Patrícia Aparecida do. **A literatura contada pelo cotidiano escolar: entre livros didáticos, práticas de ensino e representações de leitura**. In: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 38, 2017 São Luiz. Anais da ANPEd. Maranhão:GT10, ANPED, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT10_802.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1992.

BITTENCOURT, Circe Maria. Livros didáticos entre textos e imagens. *In*: ALMEIDA, Adriana Mortara; TERRA, Antônia; VASCONCELLOS, Camilo de Melo; VESENTINI, Carlos Alberto; SALIBA, Elias Thomé; ABUD, Kátia; NAPOLITANO, Marcos; SCHMIDT, Maria Auxiliadora; JONOTTI, Maria Lourdes; ORIÁ, Ricardo. **O saber Histórico na sala de aula**. 9ª. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 69-90. Disponível em: https://pdfcoffee.com/bittencourt-circe-org-o-saber-historico-na-sala-de-aulapdf-pdf-free.html. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. **A Era Vargas**: **dos anos 20 a 1945**, Instituto Nacional do Livro: Instituto Nacional do Livro: Diretrizes do

Estado Novo (1937 - 1945), c2020 Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL. Acesso em: 9 jul. 2021.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Histórico. *In*: Histórico, 2017, Disponível em: http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico. Acesso em: 9 jul. 2021.

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. **Letramento escolar no primeiro ciclo: o uso do livro didático e de outros impressos em sala de aula.** In: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 30, 2007, Caxambu. Anais da ANPEd. Minas Gerais: GT10, ANPED, 2007. Disponível em: http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT10-3681--Int.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

MACIEL, Débora Amorim Gomes da Costa; BARBOSA, Maria Lúcia Ferreira de Figueiredo; BILRO, Fabrini Katrine da Silva. **Gêneros textuais/discursivos e capacidade de linguagem dominante: análise dos livros didáticos de alfabetização destinados às escolas públicas brasileiras**.In: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 39, 2019, Niterói. Anais da ANPEd. Rio de Janeiro: GT10, ANPED, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/39reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=16. Acesso em: 12 abr. 2020.

MAGALHÃES, Tânia Guedes. **Concepções de oralidade: a teoria nos pcn e pnld e a prática nos livros didáticos.** In: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 30, 2007, Caxambu. Anais da ANPEd. Minas Gerais: GT10, ANPED, 2007. Disponível em: http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT10-3320--Int.pdf. Acessado em: 15 out. 2019.

SILVA, Iara Augusta da, **O programa nacional do livro didático para o ensino médio (pnld/em): uma política de educação implementada pelo estado brasileiro no início do século**. In: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 37, 2015, Florianópolis. Anais da ANPEd. Santa Catarina: GT05, ANPED, 2015**.** Disponível em: http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT05-3544.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.